

Vagando como zumbis

■ Na última hora, todos tentaram provar inocência

As ofensas verbais e agressões físicas que vinham caracterizando os trabalhos da CPI do Orçamento nos últimos dias deram lugar ontem à expectativa nervosa dos envolvidos. Alguns andavam pelos corredores do Congresso como zumbis. O deputado José Lourenço (PPR-BA), conhecido pelo temperamento explosivo — na véspera deu um empurrão num auditor do TCU — comentou ontem: “Estou abatido por ver os companheiros caírem”.

O deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), que terá sua situação resolvida na última hora, amanheceu no Congresso. Ele passou o dia vagando entre seu gabinete, o plenário, o Salão Verde e o gabinete da liderança do PFL. “Estou com a consciência tranqüila, não vou lá (no Prodasen) para não atrapalhar”, repetia. Logo cedo, cruzou no Salão Verde com o líder do PFL, Luis Eduardo (BA), que, ao vê-lo se afastar, comentou: “O dia de hoje vai ser terrível”.

O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), com sua sorte selada pela Subcomissão de Bancos, passou rapidamente pelo plenário para acompanhar a sessão da revisão, pela qual tanto se empenhou. O ex-líder do PMDB Genivaldo Correia (BA) não apareceu no Congresso.

Suor — No Prodasen, onde as subcomissões de Emendas, Patrimônio e Bancos fecharam seus relatórios ontem, parlamentares tentavam até o último momento provar sua inocência. Suando muito, o deputado Pinheiro Landim levou um documento para provar que o fax da empreiteira Engexata não foi passado de seu escritório. “O documento tem o número do meu fax, mas foi passado do escritório da empresa”, repetia.

O deputado Uldurico Pinto (PSB-BA) passou o dia no Prodasen. “Ele andava para lá e para cá, cheio de pastas, conversando com os integrantes da comissão”, contou um assessor.

Prejuízo — Quem também estava tenso era o deputado Flávio Derzi (PP-MS), apreensivo com a decisão do senador Jarbas Passarinho, pedindo à Mesa da Câmara que apurasse se houve irregularidade no empréstimo de US\$ 4,5 milhões que ele tomou no Banco do Brasil, em 1990. Pediu que seu caso seja analisado com urgência. “É um absurdo. A CPI não podia investigar minha vida comercial. Quero que meu caso receba rito sumário. Quero depor amanhã mesmo”, apelou. A irritação maior era com os prejuízos que vinha acumulando como produtor rural pelo fato de estar sendo investigado: “Vários negócios que tinha foram desfeitos. Ninguém quer correr o risco de aparecer na minha conta bancária”.